

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDESTE
CNPJ 82.804.642/0001-08
Chapecó - SC

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo			
Circulante		45.242	39.817
Caixa e equivalentes de caixa	5	28.282	23.224
Contas a receber de clientes	6	11.855	11.154
Adiantamentos	8	3.701	3.724
Estoques	9	1.367	1.671
Outros créditos		37	44
Não circulante		90.499	90.278
Aplicações financeiras	7	2.549	-
Depósitos judiciais	10	2.052	1.960
Contas a receber de clientes	6	10.398	8.987
Investimentos		25	22
Imobilizado	11	75.475	79.309
Total do ativo		135.741	130.095

VINCENZO
FRANCESCO
MASTROGIACOMO
O:11916028004

Assinado de forma digital por
VINCENZO FRANCESCO
MASTROGIACOMO:11916028004
Dados: 2022.05.11 10:21:08 -03'00'

Vincenzo Francesco Mastrogiacomo
CPF 119.160.280-04
Presidente

CLEONIR
JASCKOVSKI
KI:893552
10949

Assinado de forma
digital por
CLEONIR
JASCKOVSKI:8935
5210949
Dados: 2022.05.11
09:47:25 -03'00'

Cleonir Jasckovski
CPF 893.552.109-49
Contador CRC-SC 023.278/O-2

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDEST
CNPJ 82.804.642/0001-08
Chapecó - SC

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Circulante		18.440	18.752
Fornecedores	12	1.723	1.268
Empréstimos e financiamentos	13	1.950	3.826
Obrigações sociais e trabalhistas	15	9.811	9.566
Adiantamentos de clientes	16	2.580	2.327
Impostos e contribuições	14	1.752	1.630
Outras contas a pagar		624	135
Não circulante		5.383	6.161
Empréstimos e financiamentos	13	4.559	5.003
Subvenções para investimentos	18	148	148
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	17	639	1.010
Adiantamento de Clientes	16	37	
Patrimônio líquido		111.918	105.182
Patrimônio social	19.i	95.325	83.709
Ajustes de avaliação patrimonial	19.ii	9.857	9.857
Superávit do exercício	19.i	6.736	11.616
Total do passivo e patrimônio líquido		135.741	130.095

VINCENZO
FRANCESCO
MASTROGIACOMO:1
1916028004

Assinado de forma digital por
VINCENZO FRANCESCO
MASTROGIACOMO:119160280
04
Dados: 2022.05.11 10:21:31
-03'00'

Vincenzo Francesco Mastrogiacomo
CPF 119.160.280-04
Presidente

CLEONIR
JASCKOVSKI:
8935521094
9

Assinado de forma
digital por CLEONIR
JASCKOVSKI:893552
10949
Dados: 2022.05.11
09:47:46 -03'00'

Cleonir Jasckovski
CPF 893.552.109-49
Contador CRC-SC 023.278/O-2

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDESTE
CNPJ 82.804.642/0001-08
Chapecó - SC

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	20	91.542	93.701
Custo dos produtos e serviços prestados	21	(45.176)	(45.165)
Superávit bruto		46.366	48.536
Despesas gerais e administrativas	21	(16.565)	(13.402)
Despesas com pessoal	21	(20.684)	(19.450)
Despesas com serviço de terceiros	21	(7.652)	(7.383)
Outras receitas operacionais	21	468	1.880
Superávit (Déficit) operacional antes do resultado financeiro		1.933	10.181
Despesas financeiras	22	(1.815)	(2.414)
Receitas financeiras	22	6.618	3.849
Superávit do exercício		6.736	11.616

VINCENZO
FRANCESCO
MASTROGIACOMO
O:11916028004

Assinado de forma digital
por VINCENZO FRANCESCO
MASTROGIACOMO:1191602
8004
Dados: 2022.05.11 10:21:49
-03'00'

Vincenzo Francesco Mastrogiacom
CPF 119.160.280-04
Presidente

CLEONIR
JASCKOV
SKI:89355
210949

Assinado de
forma digital por
CLEONIR
JASCKOVSKI:8935
5210949
Dados: 2022.05.11
09:48:03 -03'00'

Cleonir Jascovski
CPF 893.552.109-49
Contador CRC-SC 023.278/O-2

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDESTÉ
CNPJ 82.804.642/0001-08
Chapecó - SC

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Superávit do exercício	6.736	11.616
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	<u><u>6.736</u></u>	<u><u>11.616</u></u>

VINCENZO
FRANCESCO
MASTROGIACOM
O:11916028004

Assinado de forma digital
por VINCENZO FRANCESCO
MASTROGIACOMO:1191602
8004
Dados: 2022.05.11 10:22:08
-03'00'

Vincenzo Francesco Mastrogiacom
CPF 119.160.280-04
Presidente

CLEONIR
JASCKOV
SKI:8935
5210949

Assinado de
forma digital por
CLEONIR
JASCKOVSKI:8935
5210949
Dados:
2022.05.11
09:48:17 -03'00'

Cleonir Jasckovski
CPF 893.552.109-49
Contador CRC-SC 023.278/O-2

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDESTE
CNPJ 82.804.642/0001-08
Chapecó - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Patrimônio social	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávit do exercício	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	108.349	10.342	(24.640)	94.051
Integralização ao patrimônio social	(24.640)	-	24.640	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(485)	-	(485)
Superávit do exercício	-	-	11.616	11.616
Saldo em 31 de dezembro de 2020	83.709	9.857	11.616	105.182
Integralização ao patrimônio social	11.616	-	(11.616)	-
Superávit do exercício	-	-	6.736	6.736
Saldo em 31 de dezembro de 2021	95.325	9.857	6.736	111.918

VINCENZO
FRANCESCO
MASTROGIACOM
O:11916028004

Assinado de forma digital
por VINCENZO
FRANCESCO
MASTROGIACOMO:11916
028004
Dados: 2022.05.11
10:22:29 -03'00'

Vincenzo Francesco Mastrogiacom
CPF 119.160.280-04
Presidente

CLEONIR
JASCKOV
SKI:89355
210949

Assinado de
forma digital por
CLEONIR
JASCKOVSKI:8935
5210949
Dados: 2022.05.11
09:48:32 -03'00'

Cleonir Jasckovski
CPF 893.552.109-49
Contador CRC-SC 023.278/O-2

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDESTE
CNPJ 82.804.642/0001-08
Chapecó - SC

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	6.736	11.616
Itens que não afetam as disponibilidades		
Depreciação	5.747	6.365
Provisão de juros s/ empréstimos e financiamentos	711	-
Provisão para devedores duvidosos	(369)	(1.070)
Provisões para litígios	(463)	(425)
Baixas de bens do Imobilizado	25	1.916
Provisão de férias e encargos	166	(662)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(485)
Varição nos saldos de ativos e passivos		
Redução (aumento) das contas a receber	(2.999)	340
Redução (aumento) dos estoques	304	3
Redução (aumento) de outros ativos circulantes e não circulantes	30	538
Aumento (redução) de fornecedores	455	(359)
Aumento (redução) de obrigações trabalhistas e sociais	79	(516)
Aumento (redução) de obrigações tributárias	122	(467)
Aumento (redução) de outros passivos circulantes e não circulantes	489	(1.613)
Caixa líquido das atividades operacionais	11.033	15.181
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação Financeira Longo Prazo	(2.549)	0
Aquisição de Investimentos	(3)	2.499
Aquisição de bens do Imobilizado e Intangível	(1.938)	(1.042)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(4.490)	1.457
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	2.011	0
Amortização de empréstimos	(4.494)	(5.172)
Amortização de juros sobre empréstimos	(548)	1.002
Adiantamento de clientes	290	(1.562)
Financiamento estudantil	1.256	63
Caixa líquido das atividades de financiamento	(1.485)	(5.669)
Varição caixa e equivalentes de caixa	5.058	10.969
Demonstração da variação do caixa e equivalentes		
No fim do exercício	28.282	23.224
No início do exercício	23.224	12.255
Varição caixa e equivalentes caixa	5.058	10.969

VINCENZO FRANCESCO Assinado de forma digital por
VINCENZO FRANCESCO
MASTROGIACOMO:11916028004
6028004
Dados: 2022.05.11 10:22:55 -03'00'

Vincenzo Francesco Mastrogiacomo
CPF 119.160.280-04
Presidente

CLEONIR Assinado de forma digital por
CLEONIR
JASCKOVSKI:89355210949
10949
Dados: 2022.05.11 09:49:11 -03'00'

Cleonir Jascovski
CPF 893.552.109-49
Contador CRC-SC 023.278/O-2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



SERVIDÃO ANJO DA GUARDA, 295 D - Efapi
CEP 89.809-900 | Cx. Postal 1141
Tel. (49) 3321 8343
Chapecó - SC
CNPJ 82.804.642/0001-08
I.E. 254.344.747

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e
2020 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando
indicado de outra forma)

**Fundação Universitária do
Desenvolvimento do Oeste - FUNDESTE**

CNPJ 82.804.642/0001-08

Chapecó – SC

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores em Milhares de Reais)**

1. Contexto operacional

1.1 Informações gerais

A Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste – FUNDESTE, criada pela Lei Municipal de Chapecó n. 141 de 06 de dezembro de 1971, possui personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica, de assistência social comunitária, constituída sob a forma jurídica de Fundação, mantenedora da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, do Instituto Goio-En e da Farmácia Escola, que tem por finalidade o ensino, a pesquisa e a extensão, como mecanismos de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social, regendo-se pelo estatuto social e pela legislação aplicável.

Possui em sua estrutura acadêmica unidades de ensino em Santa Catarina nas cidades de Chapecó e São Lourenço Do Oeste, com todos os cursos registrados no MEC, sendo 50 cursos e 5.254 acadêmicos na modalidade presencial e 12 cursos e 449 acadêmicos na modalidade a distância. Ainda em 2021 inaugurou ensino de segundo grau tendo 11 alunos na primeira turma.

A autorização para conclusão da preparação desta demonstração financeira ocorreu na reunião de diretoria realizada em 22 de fevereiro de 2022.

1.2 Fundação beneficente de assistência social

A Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - FUNDESTE é uma fundação reconhecida através dos seguintes atos jurídicos:

- Constituída como fundação sem fins lucrativos nos termos de seu Estatuto;
- Declarada de utilidade pública municipal pela Lei nº 101 de 27 de maio de 1971;
- Declarada de utilidade pública estadual pela Lei nº 4.614 de 30 de agosto de 1971;
- Declarada de utilidade pública federal pelo Decreto nº 87.122 de 26 de abril de 1982;
- Registrada no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Chapecó-SC, pelo atestado de registro nº 023/2002;
- Certificada como fundação beneficente de assistência social pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, através do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 0451/2004.

A Portaria 1.135 de 08 de outubro de 2021 publicada no Diário Oficial da União deferiu a renovação do Certificado até 29 de julho de 2021.

A Fundação já possui protocolo para o período de 30/07/2021 a 29/07/2024, sendo que até o encerramento do exercício de 2021, a situação do certificado encontra-se sem retorno do protocolo de renovação, estando em análise.

Imunidades e isenções tributárias

Por tratar-se de uma Fundação de educação, beneficente de assistência social, sem fins lucrativos, de utilidade pública federal, estadual e municipal, nos termos da Constituição Federal e do Código Tributário Nacional, a Fundação goza de imunidade tributária, bem como goza da isenção das contribuições previdenciárias com base na Lei nº 12.101/09. Portanto, não é contribuinte do Imposto sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Superávit Líquido, bem como da COFINS sobre as receitas que estejam alinhadas com o seu objeto social, e do INSS patronal.

1.3 Contexto sobre os impacto da covid-19

A expectativa de retornar totalmente as atividades presenciais para o exercício de 2021 não foi possível. Mesmo com a vacinação, a pandemia não foi controlada a níveis aceitáveis de segurança, sendo que somente algumas atividades de aulas práticas foram retomadas. Porém, foi inevitável adaptar à realidade a essa condição, sendo inclusive que, algumas mudanças se percebem, vieram para ficar, como é o caso de um maior uso das tecnologias para comunicação a distância.

O maior impacto ocorreu no ano de 2020 com a adaptação principalmente por parte dos Acadêmicos, em 2021 em menor volume, mas ainda foi sentida a redução de matrículas. Nos demais setores o impacto não foi expressivo, pois mesmo havendo a expectativa de retomada das atividades presenciais, a estrutura já estava preparada para a atividade remota.

O desafio é, para o ano de 2022 e seguintes, recuperar as matrículas perdidas e buscar estratégias para reinventar a forma de ensinar diante das experiências que o afastamento social trouxe, sendo que muitas delas só foram agilizadas pois já vinham sendo necessárias e implementadas de forma mais gradativa.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aquelas aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (Resolução nº 1.409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - ITG 2002) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A administração avaliou a capacidade da Fundação continuar operando normalmente e está convencida de que possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Fundação atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Fundação no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Fundação revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

i. Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos, empréstimos e adiantamentos realizados e outros recebíveis.

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Fundação para a gestão desses ativos financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- a) Ativos financeiros ao custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas;
- c) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- d) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando: os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; a Fundação transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (a) a Fundação transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Fundação não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

As exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, são provisionadas como resultado de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito

esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para o contas a receber, dado a natureza de curto prazo dos recebíveis da Fundação e da sua política de risco de crédito utilizados, a Fundação constitui provisão de perda considerada suficiente para a cobertura do risco de crédito.

Esta metodologia é aplicável aos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais).

Para os demais ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, pois de acordo com a avaliação da Fundação além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Fundação incluem contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.6. Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela Fundação para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber, e teve como critério a análise individual dos saldos de contas a receber com risco de inadimplência.

2.7. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, o que for menor. O método de avaliação dos estoques é o do custo médio.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui o custo de aquisição, formação ou construção. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos a seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Grupo patrimonial	Prazo
Edificações	25 anos
Acervo bibliográfico	10 anos
Máquinas e equipamentos gerais e laboratoriais	10 anos
Móveis e utensílios gerais e laboratoriais	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática gerais e laboratoriais	5 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

A Fundação revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica “Outras despesas (receitas) operacionais”, na demonstração do resultado.

2.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

2.10. Impairment de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.11. Empréstimos e Financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na

demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Fundação tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 (doze) meses após a data do balanço.

2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Fundação concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.13. Provisões

Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Fundação espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflète, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Fundação é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a

contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Fundação recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O empréstimo ou assistência é reconhecido ou mensurado inicialmente a valor justo. A subvenção governamental é mensurada como a diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo e os resultados recebidos. O empréstimo é subsequentemente mensurado de acordo com a política contábil.

2.15. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

2.16. Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.17. Reconhecimento de receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Fundação e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

(a) Prestação de serviços educacionais

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de ensino superior, pós-graduação, cursos livres e atividades educacionais correlatas, presenciais ou a distância. A receita é apresentada

líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

As receitas com contribuições dos alunos (mensalidades) são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios levando-se em consideração os períodos de referência. As mensalidades dos cursos e seus respectivos descontos variam de acordo com o curso, a Unidade ou o termo acadêmico. As receitas são geradas com base em contratos de preço fixo, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço.

(b) Receita de venda de produtos

A receita pela venda de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. A Fundação adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

(c) Bolsas, Benefícios e Financiamentos

A concessão de Bolsas ocorre em diversas modalidades, tendo como fontes recursos próprios, recursos do Governo Estadual e recursos do Governo Federal, estes por isenção fiscal através da filantropia. Sempre levando em consideração o atendimento a um público de menor renda com maior dificuldade de acesso ao ensino superior.

Várias são as políticas de incentivo para o acesso ao Ensino disponibilizadas pela Instituição atualmente, além das Bolsas existem linhas de Financiamentos através de Instituições Financeiras e também o FIES, programa do Governo Federal de Financiamento Estudantil, com início de pagamentos pelo acadêmico depois de formado.

Ainda existe a prática de incentivos com descontos por pontualidade, parcerias com empresas, campanhas pontuais de matrículas com isenção total da matrícula e mais descontos, política de descontos para egressos.

(d) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.18. Impostos

(I) Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSSL

A Fundação, em virtude de ser uma instituição de educação, sem fins lucrativos, e entidade beneficente de assistência social, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, em conformidade com o disposto nos artigos 150, VI, "c", e artigo 195, §7º, ambos da Constituição

Federal, e de acordo com o artigo 170 do Regulamento de Imposto de Renda- RIR, aprovado pelo Decreto Federal nº 3.000 de 26 de março de 1999.

(II) Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF

Conforme previsto no Decreto Federal nº 6.306/2007, artigo 2º, §3º, as operações realizadas pelas instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, desde que vinculadas às suas finalidades essenciais, não se submetem à incidência do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF. Para atestar tal situação às instituições financeiras com as quais realiza operações, a Fundação envia-lhes Declaração de que é imune, não estando sujeita à incidência desse imposto sobre as referidas operações.

Quanto ao IRRF, a Lei Federal nº 9.532/1997, em seu artigo 12, §1º, prevê que os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável pelas instituições de educação ou de assistência social não estão abrangidos pela imunidade. Todavia, a vigência desse dispositivo, entre outros, foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão liminar proferida no bojo da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN nº 1.802-3/1998. Com isso, até o julgamento final dessa ação direta de inconstitucionalidade ou enquanto estiver vigente a liminar, não haverá a incidência do referido imposto sobre tais rendimentos.

(III) Programa de Integração Social – PIS

A Fundação, por constituir uma instituição de educação e de assistência social a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532/1997, detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS requereu a isenção do PIS, calculada sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, e teve liminar favorável estando desobrigada da retenção.

(IV) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

A Fundação, em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, beneficente e de assistência social, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Fundação, de acordo com as Leis nº 9.718/1998 e nº 10.833/2003, com a Medida Provisória nº 2.158-35/2001 e o Decreto Federal nº 4.524/2002.

(V) Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

A Fundação, por ser detentora do CEBAS vigente, é imune ao recolhimento da contribuição previdenciária patronal. Em contrapartida, a legislação exige que a Fundação invista em educação (bolsas de estudo), cuja regra se aplica a 1 bolsista

para cada 5 alunos pagantes para Instituições que aderiram ao PROUNI ou 1 bolsista para cada 4 alunos pagantes para Instituições que não aderiram ao PROUNI, conforme determina a Lei nº 12.101/2009 alterada pela Lei nº 12.868/2013. Até a presente data a Instituição não aderiu ao PROUNI. A aplicação dos recursos encontra-se detalhada na nota explicativa nº 24.

2.19. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Fundação:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 – Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis.	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 – Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Fundação:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais.	1º de janeiro de 2021
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Em 31 de março de 2021, o IASB estendeu até 30 de junho de 2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedidos à arrendatários (“lease concessions”) em decorrência da pandemia de COVID-19.	31 de março de 2021

A Fundação também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras.

3. Julgamentos e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Fundação requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados

de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Fundação, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber de alunos e outros devedores, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, são registradas perdas estimadas nas demonstrações financeiras em montante suficiente para cobrir a perda provável.

Outras políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- Provisão para perdas em litígios tributários, cíveis e trabalhistas;
- Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados; e
- Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos;

4. Gestão do risco financeiro

As atividades da Fundação a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Fundação possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos

dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e os impactos.

O orçamento é a política utilizada pela Fundação para a gestão de risco, tendo sua elaboração realizada pelas diretorias, reitorias, unidades acadêmicas e setores, e sua subsequente aprovação realizada nos conselhos e na assembleia.

No decorrer do exercício é realizado o monitoramento dos orçamentos previstos em confronto com o realizado.

4.1. Fatores de risco financeiro

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Fundação não possui nenhuma transação em moeda estrangeira ou realiza operações que tenham risco cambial ou transações com derivativos.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Fundação sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do CDI e os contratos de financiamentos existentes são de longo prazo contratados com instituições financeiras de primeira linha, com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas de mercado.

(b) Risco de crédito

Embora a Fundação possua um saldo bastante pulverizado no contas a receber de clientes, busca junto a sua área de crédito e cobrança procedimentos que garantam a concretização destes recebíveis de forma a mitigar quaisquer riscos de perdas.

Em relação às instituições financeiras, a Fundação somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O risco de crédito é gerenciado pela administração. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos de alunos, incluindo mensalidades a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo presidente da Fundação.

(c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Fundação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas

obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

A previsão de fluxo de caixa é centralizada no departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Fundação para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Fundação não ultrapasse os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	784	502
Aplicações de liquidação imediata	27.498	22.722
Caixa e equivalentes de caixa	<u>28.282</u>	<u>23.224</u>

O caixa e equivalentes de caixa consiste em numerário disponível na Fundação, saldos mantidos em bancos e aplicações financeiras de curto e longo prazo com liquidez diária, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e para garantida de empréstimo tomado, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são remuneradas com base na variação do CDI (em 2020 e 2021 a remuneração ficou entre 70% e 120%) e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa.

6. Contas a receber

Os valores a receber têm sua origem da semestralidade da graduação e das mensalidades da pós-graduação, bem como as negociações de parcelamentos das mesmas:

		<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Mensalidades	(a)	11.684	12.578
Créditos educativos a receber	(b)	3.099	1.843
FIES a receber	(c)	2.932	3.002
Acordos a receber	(d)	19.979	18.964
Outros	(e)	982	546
Total		<u>38.676</u>	36.933
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(f)	<u>(16.423)</u>	(16.792)

	<u>22.253</u>	<u>20.141</u>
Circulante	11.855	11.154
Não circulante	10.398	8.987

Os recebíveis não circulantes referem-se aos créditos educativos a receber e saldos renegociados, com prazos superiores a 365 dias, registrados ao valor de capital sem correção.

- (a) Mensalidades – Neste grupo são registradas as mensalidades da graduação e pós-graduação que irão vencer dentro de um ano.
- (b) Créditos Educativos a Receber – Recebíveis que irão vencer em um ano a contar da data do encerramento do exercício, que tem origem em títulos de mensalidade da graduação os quais o acadêmico financiou junto a Instituição com programa de financiamento com recursos próprios.
- (c) FIES a Receber – Programa de Financiamento Estudantil do Governo Federal, conta com incentivos de taxa de juros reduzida, início da amortização após formado.
- (d) Acordos a Receber – Valores referentes a duplicatas de negociação, cartão de crédito parcelado, créditos de financiamento junto a instituições financeiras as quais oferecem financiamento para o acadêmico e fazem o repasse para a Instituição mediante o recebimento.
- (e) Outros – vendas da editora, farmácia Estola e serviços prestados pelos laboratórios.

Os montantes a receber, líquidos da provisão para risco de crédito, configuram a exposição máxima ao risco de crédito da Fundação.

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do exercício	(16.792)	(17.862)
Complemento de Provisão	(561)	(74)
Reversão	930	1.144
Saldo no final do exercício	(16.423)	(16.792)

- (f) Provisão de Créditos para Liquidação Duvidosa – Essa provisão obedece ao critério estabelecido internamente pela Fundação, conforme descrito no quadro a seguir:

<u>Natureza do Crédito</u>	<u>Critério</u>
Mensalidades	Não recebido após 180 dias da data de vencimento
Cheques	Não recebido após 180 dias da data para desconto
Duplicatas e Promissórias	Não recebido após 180 dias da data de vencimento
Custas Cartório Cobrança	Não recebido após 180 dias da data de vencimento

Estas definições são para uso exclusivo do cálculo das estimativas de perdas, não influenciando em procedimentos de cobrança, tanto administrativos quanto judiciais, os quais manterão seus processos em conformidade com as normas da Fundação.

Estes critérios estão estabelecidos de acordo com a atividade da Fundação, levando em conta seu prazo médio de recebimento e condições de cobrança e negociação, sendo que levam em consideração o contrato acadêmico que prevê a renovação semestral da matrícula.

Durante o exercício de 2021, foi recuperado o montante equivalente a R\$ 930, relativo a perdas anteriormente reconhecidas, fruto do processo sistemático de cobrança realizado pela Fundação.

A baixa efetiva por prescrição ocorre em casos onde o título está vencido há mais de 5 anos e não foi possível ingressar com ação judicial que tenha interrompido a prescrição, o que pode ocorrer por falta de dados suficientes para a cobrança judicial ou o valor a ser recebido não ser viável perante os custos da cobrança.

7. Aplicação Financeira

Para o exercício de 2021 foi contratado junto a XP Investimentos um empréstimo com as seguintes condições

Valor contratado: R\$ 2.011

Vencimento: 05/2026

Correção: 100% CDI

Garantia: aplicação financeira

Valor Garantia: R\$ 2.285

Correção da Garantia: 100% CDI + 30% de taxa fixa em 5 anos

Essa aplicação que em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.549, só poderá ser resgatada mediante a quitação do empréstimo tomado.

8. Adiantamentos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamento de viagens	4	12
Adiantamentos à fornecedores	259	258
Adiantamento de férias/salários	3.438	3.454
	<u>3.701</u>	<u>3.724</u>

9. Estoques

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Estoque de almoxarifado	611	776
Estoque livraria Argos	541	547
Estoque farmácia escola	215	348
	<u>1.367</u>	<u>1.671</u>

O estoque da Livraria Argos refere-se a títulos publicados por autores/docentes desta Fundação.

10. Depósitos judiciais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Depósitos judiciais trabalhistas (a)	151	136
Depósitos judicial ICMS Energia e Ação Celesc (b)	51	50
Depósitos judiciais IRRF (c)	<u>1.850</u>	<u>1.774</u>
	<u>2.052</u>	<u>1.960</u>

- (a) Referente a ação de recuperação junto a Advocacia da União e Ministério do Trabalho de Multa Trabalhista por não empregar cota de deficientes.
- (b) A Fundação obteve êxito na restituição do ICMS recolhido sobre a demanda de energia elétrica, tendo reavido parte do valor no ano de 2016 e parte aguarda liberação.
- (c) Representa valores pagos no período abrangido pela Remissão da Dívida e que a Instituição pleiteia a devolução, tendo reavido parte no exercício de 2019. Já o aumento de R\$ 76 de 31/12/2020 para 31/12/2021 é relativo à correção que vêm sendo aplicada sobre os valores deste depósito.

11. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, que inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos qualificados. A composição e a movimentação do ativo imobilizado, no exercício de 2020 e 2021, são as seguintes:

	Taxa média de Depreciação % a.a.	31/12/2021			31/12/2020		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido
Terrenos	-	21.680	-	21.680	21.680	-	21.680
Edifícios e benfeitorias	4%	63.676	(21.546)	42.130	63.676	(18.999)	44.677
Máquinas e equipamentos gerais e laboratoriais	10%	19.964	(12.694)	7.270	18.994	(11.302)	7.692
Móveis e utensílios gerais e laboratoriais	10%	5.161	(4.255)	906	5.079	(3.919)	1.160
Equipamentos de informática gerais e laboratoriais	20%	11.384	(9.442)	1.942	10.731	(8.355)	2.376
Acervo Bibliográfico	10%	6.985	(5.734)	1.251	6.966	(5.438)	1.528
Veículos	20%	503	(356)	147	489	(297)	192
Total em operação		129.353	(54.027)	75.326	127.615	(48.310)	79.305
Imobilizado em Curso	-	149	-	149	4	-	4
Total		129.502	(54.027)	75.475	127.619	(48.310)	79.309

A movimentação no exercício se deu da seguinte forma:

	31/12/2020	Adições	Depreciações	Baixas	31/12/2021
Terrenos	21.680	-	-	-	21.680
Edifícios e benfeitorias	44.677	-	(2.547)	-	42.130
Máquinas e equipamentos gerais e laboratoriais	7.692	973	(1.392)	(2)	7.271
Móveis e utensílios gerais e laboratoriais	1.160	83	(337)	-	906
Equipamentos de informática gerais e laboratoriais	2.376	684	(1.095)	(23)	1.942
Acervo Bibliográfico	1.528	39	(317)	-	1.250
Veículos	192	14	(59)	-	147
Imobilizado em Curso	4	145	-	-	149
Total	79.309	1.938	(5.747)	(25)	75.475

Em 31 de dezembro de 2021 a Fundação possui R\$ 149 mil registrados na rubrica de imobilizado em andamento, esse montante refere-se a obra da pista de atletismo (R\$ 4) e a obra do campo de futebol (R\$ 145), ainda em fase inicial, sendo que a pista de atletismo depende de liberação por ser projeto com Governo Federal, já o campo de futebol é com recursos próprios e a previsão para conclusão é até meados de 2022.

Estes ativos estão registrados pelos valores originais de aquisição ou formação, acrescidos quando aplicável, de custos de transportes e instalações, ajustados pela depreciação.

Os demais investimentos de 2021 foram direcionados para manutenção com a reposição de bens, não havendo ampliações no período.

Ainda com relação aos imóveis o terreno de matrícula 100.970 com área de 89.725,51m² e no valor contábil de R\$ 23.000 está vinculado em garantia ao contrato de empréstimo com o SICREDI com vencimento previsto para abril de 2024.

12. Fornecedores

Os saldos referem-se a valores a pagar aos fornecedores pela aquisição de materiais de expediente, equipamentos de informática e laboratório, serviços diversos, dentre outros inerentes as atividades da Fundação, e vencendo dentro dos próximos 12 meses e representam R\$ 1.723 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.268, em 31 de dezembro de 2020), valores estes que não são corrigidos bem como não é pago nenhuma correção além dos valores registrados.

13. Empréstimos e financiamentos

	Encargos Financeiros	Indexador	31/12/2021	31/12/2020
SICREDI	4,91% a.a.	CDI	4.429	6.044
Banco Itau/Unibanco	12,36% a.a.	IPCA	-	2.785
XP Investimentos	4,39% a.a.	CDI	2.080	-
Total de empréstimos e financiamentos			6.509	8.829
Total circulante			1.950	3.826
Total não circulante			4.559	5.003

A movimentação da dívida é como segue:

Em 31 de dezembro de 2020	8.829
Novas captações	2.011
Apropriação de juros	711
Pagamento de principal	(4.494)
Pagamento de juros	(548)
Em 31 de dezembro de 2021	6.509

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

2023	1.771
2024	2.788
Total	4.559

Os contratados junto a SICREDI na ordem R\$ 7.000 (sete milhões) estão garantidos por alienação fiduciária de um terreno matrícula 100.970 avaliado em R\$ 21.000 (vinte e um

milhões). O Valor contrato junto a XP Investimentos tem como garantia real o valor tomado em aplicações conforme já esclarecido na Nota 7, sendo estes os únicos compromissos assumidos perante estes contratos.

14. Impostos e contribuições

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IRRF a recolher (a)	1.588	1.472
Impostos retidos	50	26
ISS a recolher	10	8
Parcelamentos	102	123
ICMS a recolher	2	1
TOTAL	<u>1.752</u>	<u>1.630</u>

(a) Refere-se principalmente a Imposto de Renda retido de funcionários.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Salários a pagar	2.728	2.692
INSS a recolher	363	328
FGTS a recolher	484	476
Provisão de férias a pagar	5.774	5.620
Encargos sobre provisões	462	450
TOTAL	<u>9.811</u>	<u>9.566</u>

No exercício de 2021 o reajuste salarial foi de 4%, mesmo não tendo concedido reajuste no ano de 2020, foi possível manter o reajuste do período em percentual aceitável, o que permitiu uma gestão segura da folha de salários no período.

16. Adiantamento de clientes

Correspondem, substancialmente, aos valores recebidos de forma antecipada dos alunos pelas mensalidades que serão objeto de prestação de serviços futuros. Normalmente estes adiantamentos ocorrem no início dos semestres (período de matrículas) e a apropriação da receita ocorre de acordo com o regime de competência, que respeita o calendário acadêmico, totalizando em 31 de dezembro de 2021, R\$ 2.617 (R\$ 2.327 em 31 de dezembro de 2020).

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A administração da Fundação, com base na opinião de seus assessores legais, classifica os processos judiciais/administrativos em que figura como ré de acordo com o grau de risco de perda, sendo que apresenta apenas registro em processos trabalhistas, totalizando em 31 de dezembro de 2021 R\$ 639 (R\$ 1.010 em 31 de dezembro de 2020), relativo à provisão para ações classificadas como de risco de perda provável

Essas reclamações versam principalmente sobre casos de pagamento de diferenças salariais, horas extras, indenizações, reintegrações, reposição de dissídios e outros, os quais a Administração julga como normais nas suas atividades.

Abaixo segue a movimentação da provisão para litígios:

	31/12/2021	Atualizações	Baixas	Adições	31/12/2020
Trabalhistas	639	1	(501)	129	1.010
	639	1	(501)	129	1.010

A Fundação é ré em processos cujas chances de insucesso foram classificadas como possíveis, com base na opinião dos assessores jurídicos da Entidade e, conseqüentemente, não foram registradas provisões para essas ações. Em 31 de dezembro de 2021 representam R\$ 5.635.

17. Subvenções para investimentos

A Fundação recebeu por meio de escritura pública de doação um terreno em 14 de dezembro de 2006, pela Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste, condicionada a manutenção da atividade de ensino neste município.

18. Patrimônio líquido

i) Patrimônio Social

Durante o exercício de 2021, foi incorporado ao patrimônio social o saldo do superávit do exercício de 2020, o qual representa R\$ 11.616. Em 2021 foi registrado um superávit de R\$6.736, o qual será incorporado ao patrimônio social, após aprovação em Assembleia, no decorrer do exercício de 2022.

ii) Ajustes de avaliação patrimonial

Em novembro de 2010 foi reavaliado o patrimônio da Fundação e feito o reconhecimento desta reavaliação de ordem legal, sendo que o valor já foi todo incorporado ao patrimônio social, restando ainda como valor desta avaliação somente o valor correspondente aos terrenos que legalmente deve permanecer até o momento de alienação.

19. Receita operacional líquida

As receitas operacionais, também conhecidas como ordinárias, são fontes geradoras de recursos que financiam as atividades desenvolvidas pela Fundação, as quais estão previstas em seu Estatuto Social, e são constituídas pelas receitas de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão, aluguéis, serviços em saúde, vendas editora e farmácia escola, atividades agropecuárias, taxas, serviços de reprografia, vestibular e outras eventuais, como as doações recebidas, conforme demonstrado:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de atividades educacionais	112.661	117.989
Serviços em educação e extensão	424	274
Venda de produtos farmacêuticos	189	338
Vendas livraria	48	133
Receitas de serviços da saúde	245	164
Receitas diversas	3.783	2.795
Receita operacional bruta	117.350	121.693
Impostos e contribuições	(15)	(13)
Devoluções e abatimentos	(2.801)	(3.483)
Bolsas de estudo filantrópicas	(19.967)	(20.389)
Bolsas de estudo assistenciais	(3.025)	(4.107)
(-) Deduções da receita bruta	(25.808)	(27.992)
Receita operacional líquida	91.542	93.701

Composição da receita gerada em 2021

No exercício de 2021 a Fundação auferiu receitas ordinárias e financeiras no montante de R\$123.968 (em 2020, R\$125.542), destinando parte destes recursos com gratuidades (bolsas de estudos), representando R\$19.967 (em 2020, R\$20.389). Nesse sentido, a receita após as gratuidades estaria representada da seguinte forma:

<u>Origens</u>	<u>2021</u>	<u>% Total</u>	<u>2020</u>
Receita operacional bruta	117.350	94,66%	121.693
Receitas financeiras	6.618	5,34%	3.849
	123.968	100,00%	125.542
<u>Aplicações</u>			
Bolsas de estudos Leis 10.260/11.096	(19.967)	16,10%	(20.389)
<u>Receita líquida após as gratuidades</u>	104.001		105.153

20. Custos e despesas por natureza e função

Os custos dos serviços prestados e de produtos vendidos e as despesas gerais, administrativas e comerciais estão demonstradas da seguinte forma:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Classificação por função		
Custo dos produtos e serviços vendidos	(45.176)	(45.165)
Despesas gerais e administrativas	(16.565)	(13.402)
Despesas com pessoal	(20.684)	(19.450)
Despesas com terceiros	(7.652)	(7.383)
Outras receitas operacionais	468	1.880
Total dos custos/despesas por função	(89.609)	(83.520)
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Classificação por natureza		
Salários e encargos sociais (a)	(65.682)	(64.258)
Material didático e auxiliares	(869)	(726)
Depreciação	(5.746)	(6.366)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	368	999
Utilidades, limpeza e segurança	(1.530)	(1.768)
Publicidade e propaganda	(3.210)	(1.806)
Serviços de terceiros (b)	(7.652)	(7.383)
Custo dos produtos vendidos	(177)	(357)
Taxas e contribuições	(325)	(253)
Viagens e estadias	(376)	(224)
Manutenção e reparos	(3.229)	(1.707)
Outras receitas/(despesas)	(1.189)	347
Indenizações recebidas/(pagas)	8	(19)
Total dos custos e despesas por natureza	(89.609)	(83.520)

(a) Os salários e encargos sociais correspondem as seguintes despesas por natureza:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ordenados e Salários	(54.690)	(53.826)
Encargos sociais	(20.927)	(20.490)
Remuneração de estagiários	(344)	(426)
Remuneração de monitores	(86)	(104)

Remuneração de PF s/ vínculo	(1.623)	(1.289)
Auxílio transporte	(26)	(16)
Auxílio alimentação	(339)	(362)
Seguro de vida	(31)	(51)
Previdência privada	(245)	(80)
Assistência médica e social	(1.531)	(1.405)
Aperfeiçoamento de pessoal	(1.327)	(1.572)
Provisão para ação trabalhista	(211)	(263)
Subtotal despesas com pessoal	<u>(81.380)</u>	<u>(79.884)</u>
(-) Reversão INSS patronal	15.698	15.626
Saldo após reversões	<u>(65.682)</u>	<u>(64.258)</u>

Por ser uma fundação de natureza beneficente de assistência social, a Fundação goza de benefícios, como a isenção das contribuições previdenciárias - cota patronal, relacionadas com a atividade assistencial. Este benefício no exercício de 2021 representa R\$ 15.698 (R\$ 15.626, no exercício de 2020).

(b) Foram registradas despesas com serviços de terceiros na ordem de R\$ 7.652 no exercício de 2021 (R\$ 7.383, no exercício de 2020), conforme demonstrado:

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços diversos	(353)	(93)
Serviços de limpeza	(2.849)	(2.488)
Serviços de vigilância/segurança	(938)	(861)
Serviço de assessoria e consultoria	(1.607)	(2.248)
Remuneração pessoa jurídica	(1.599)	(1.302)
Honorários técnicos/autônomos	(306)	(391)
Subtotal despesas com terceiros	<u>(7.652)</u>	<u>(7.383)</u>

Estas despesas com terceiros demonstram os serviços que a Fundação toma de outras empresas que, caso não fossem executados desta forma, deveriam ser realizados por pessoal contratado via folha de pagamento (despesas com pessoal).

A partir destas informações temos:

	Valores	%	% Sobre R.O
Despesas com pessoal direto	(81.380)	91,41%	69,35%
Despesas com serviços de terceiros	(7.652)	8,59%	6,52%
Total	<u>(89.032)</u>	<u>100,00%</u>	<u>75,87%</u>
Receita operacional bruta	117.350	100,00%	

Conforme evidenciado, a Fundação utilizou no exercício de 2021, 75,87% de sua receita operacional bruta para cobertura das despesas com pessoal e serviços de terceiros (71,71% no exercício de 2020).

21. Receitas e despesas financeiras

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas financeiras		
Descontos recebidos	3	42
Juros recebidos	3.479	2.507
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.732	668
Variações monetárias ativas	1.404	632
Total de receitas financeiras	<u>6.618</u>	<u>3.849</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(729)	(1.002)
Encargos financiamento estudantil	(713)	(1.146)
Descontos concedidos	(11)	(29)
Juros de mora	(3)	(3)
Despesas bancárias	(193)	(228)
Multas	(163)	-
IOF	(3)	(6)
Total de despesas financeiras	<u>(1.815)</u>	<u>(2.414)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>4.803</u>	<u>1.435</u>

Em 2021 os juros recebidos que têm origem nas negociações de mensalidades e correções de parcelas em atraso, representaram o maior montante nas receitas financeiras, o que evidencia a intensificação do trabalho de cobrança buscando a recuperação da inadimplência.

As variações monetárias ativas, onde o valor principal é o reconhecimento da correção dos títulos de acadêmicos financiados junto a FUNDACRED, também teve valor significativo no exercício devido ao grande volume de contratos nessa modalidade de financiamento. Essa gestão financeira tem sua contrapartida nas despesas financeiras em descontos concedidos, onde o montante maior desta conta são os descontos que a financeira faz de suas taxas administrativas ao repassar as cobranças que efetua.

22. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Fundação possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de taxa de juros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Fundação a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Fundação, as políticas e os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos e de capital da Fundação.

a) Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso um devedor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem

principalmente dos recebíveis da Fundação, representados principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de alunos e bolsas restituíveis.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito nas datas de encerramento dos exercícios é:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa	28.282	23.224
Aplicações financeiras	2.549	-
Contas a receber	22.253	20.141
Total	53.084	43.365

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - a política de gestão de risco corporativo determina que a Fundação avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Fundação. A Fundação possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo, que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco.

Contas a receber - o risco de crédito é, principalmente, gerenciado pela renovação das matrículas semestralmente, momento em que os débitos são quitados e/ou renegociados. Não há concentração de risco de crédito no modelo de negócios, sendo a carteira pulverizada e formada principalmente por pessoas físicas. Em 31 de dezembro de 2021, a Fundação possuía provisão de R\$ 16.423 (R\$ 16.792 em 31 de dezembro de 2020) sobre as contas a receber de alunos (41,27% e 45,57% respectivamente sobre o total) para fazer face ao risco de crédito.

b) Risco de liquidez

É o risco em que a Fundação encontrará dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais ou atípicas, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

	Nota	Valor Contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	Mais de 3 anos
Empréstimos e financiamentos	13	6.509	886	886	1.771	2.966
Fornecedores	12	1.723	1.723			
Adiantamento de clientes	16	2.617	2.411	168	37	1
Imposto de Renda Parcelado		102	61	41		
Total		10.951	5.081	1.095	1.808	2.967

c) Risco de taxa de juros

Nas datas de encerramento dos exercícios, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Fundação são:

	31/12/2021	31/12/2020
Instrumentos de taxa variável		
<u>Ativos financeiros</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	28.282	23.224
Aplicação financeira	2.549	-
<u>Passivos financeiros</u>		
Empréstimos e financiamentos	(6.509)	(8.829)
Total	24.322	14.395

d) Estimativa do valor justo

A Fundação divulga seus ativos e passivos ao valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo e estrutura de mensuração do valor justo, os quais se referem a conceitos de avaliação e práticas e requerem determinadas divulgações sobre o valor justo.

23. Cálculo da filantropia

Para fins de renovação do CEBAS, a FUNDESTE, que atua na educação superior presencial e à distância e realiza ações da área de saúde, em 2021 passou a atuar também na educação básica, sendo que atendeu aos critérios legais de concessão de bolsas de estudo estabelecidos no art. 22 da Lei 187 de 16 de dezembro de 2021, o qual normatiza a distribuição de bolsas de estudo por Instituições que não tenham aderido ao PROUNI.

Para comprovação e atendimento da Lei no ano de 2021 temos:

Educação superior	2021		2020	
	Qutd	Valores	Qutd	Valores
Número de alunos matriculados	4.638	103.947	5.062	108.608
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	500	9.618	587	10.200
Outras bolsas integrais próprias	13	104	70	730
Alunos inadimplentes	-	-	-	-
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	1.070	10.349	1.399	10.189

Ensino médio	2021	
	Quantidade	Valores
Número de alunos matriculados	12	138
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	2	9
Outras bolsas integrais próprias	0	-
Alunos inadimplentes	-	-
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	2	4

A Fundação em 31 de dezembro de 2021 atende a exigência legal.

24. Benefícios fiscais usufruídos

Em conformidade ao art. 3º da Lei 187 de 16 de dezembro de 2021, a Fundeste usufrui da isenção do pagamento das contribuições da Cota Patronal para INSS, o qual, no exercício de 2021 representaram R\$15.698 (R\$ 15.626, no exercício de 2020).

25. Cobertura de seguros

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que cubram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por valores de risco declarados de R\$ 71.000 para cobertura dos edifícios, e conteúdo (máquinas, equipamentos, móveis, utensílios e instalações, entre outros) bem como a cobertura contempla riscos de incêndio, raio e explosão e responsabilidade civil com terceiros. A frota de veículos está assegurada com uma cobertura de R\$ 4,79 milhões. Todos os empregados possuem seguro de vida individual a cobertura abrange dependentes, cônjuge com 50% do valor do benefício, e 10% para filhos.

A responsabilidade pela definição dos níveis de cobertura é de responsabilidade da Administração. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

VINCENZO
FRANCESCO
MASTROGIACO
MO:1191602800
4

Assinado de forma
digital por VINCENZO
FRANCESCO
MASTROGIACOMO:119
16028004
Dados: 2022.05.11
08:47:48 -03'00'

Vincenzo Francesco Mastrogiacomio
CPF 119.160.280-04
Presidente

CLEONIR
JASCKOV
SKI:8935
5210949

Assinado de
forma digital por
CLEONIR
JASCKOVSKI:8935
5210949
Dados: 2022.05.11
08:36:29 -03'00'

Cleonir Jasckovski
CPF 893.552.109-49
Contador CRC-SC 023.278/O-2